



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 30/06.2014)

ACTA Nº 4/2014

--*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia trinta de junho de dois mil e catorze na sala de reuniões da Junta de Freguesia de Ulme.*

--*Aos trinta dias, do mês de junho de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se a Sessão Ordinária, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS: --*

-----DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO-----

--*1. Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Maio e Junho – Apreciação.* -----

--*2. Ponto de Situação Financeira da Câmara Municipal – Apreciação.* -----

-----DOCUMENTOS / CONHECIMENTO-----

--*3. Auditoria ao Município de Chamusca – Relatório da Inspeção Geral de Finanças.*

-----DOCUMENTOS / RATIFICAÇÃO-----

--*4. Protocolos de Colaboração na Semana da Ascensão:* -----
--*a – Celebrado entre o Município de Chamusca e o Grupo de Danças e Cantares da Chamusca e Ribatejo – Análise e Ratificação;* -----

--*b – Celebrado entre o Município de Chamusca e o Rancho Folclórico Etnográfico e Infantil da Carregueira – Análise e Ratificação;* -----

--*c – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação de Danças e Cantares “Os Camponeses” da Carregueira (ADECCC) – Análise e Ratificação;* -----

--*d – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação do Rancho Folclórico da Parreira – Análise e Ratificação;* -----

--*e – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação do Rancho Folclórico Etnográfico do Pinheiro Grande – Análise e Ratificação;* -----

- f-- *Celebrado entre o Município de Chamusca e a ADEPEC – Análise e Ratificação; -*
- g-- *Celebrado entre o Município de Chamusca e o Grupo de Danças e Cantares da Sociedade Recreativa Valcavalense – Análise e Ratificação; -----*
- h-- *Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Chamusca – Análise e Ratificação; -----*
- i-- *Celebrado entre o Município de Chamusca e a Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio Carregueirense Victória – Análise e Ratificação; -----*
- j-- *Celebrado entre o Município de Chamusca e o Centro Cultural de Ulme – Análise e Ratificação; -----*
- k-- *Celebrado entre o Município de Chamusca e a Santa Casa da Misericórdia da Chamusca – Análise e Ratificação; -----*
- 5. *Protocolo de Colaboração Administrativa – Município de Chamusca e Junta de Freguesia de Carregueira – Cemitério Carregueira – Análise e Ratificação; -----*
- 6. *Adenda – Protocolo Colaboração Administrativa e Financeira – Município de Chamusca e União de Freguesias de Parreira e Chouto – Extensão de Saúde Freguesia do Chouto – Análise e Ratificação; -----*
- 7. *Contrato de Comodato entre Município de Chamusca e Freguesia de Ulme – Imóvel onde se encontra instalada a extensão de saúde no Bairro D. Maria Vaz Monteiro no lugar do Semideiro – Análise e Ratificação. -----*

DOCUMENTOS / APROVAÇÃO

- 8. *Contrato Interadministrativo entre Município de Chamusca e Freguesia de Ulme – Análise e Aprovação; -----*
- 9. *Contrato Interadministrativo entre Município de Chamusca e União de Freguesias*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 30.06.2014)

de Chamusca e Pinheiro Grande – Análise e Aprovação; -----

--10. Designação do Fiscal Único da AR – Águas do Ribatejo, EM, SA – Análise e Aprovação; -----

--11. Serviço de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: -----

--a) Prestação de Serviço de Locação Financeira para Varredoura / Aspiradoura Municipal “Karcher MC 50 Classic” ou Equivalente – Correção de Valor – Análise e Aprovação; -----

--b) Contrato de Prestação de Serviço, por Avença, de um Arquiteto para Colaborar no Âmbito da SRU – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Análise e Aprovação; -----

--c) Contrato de Prestação de Serviço para Ensino de Inglês – 1º Ciclo / AEC’s – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Análise e Aprovação; -----

--d) Contrato de Prestação de Serviço para Ensino de Música – 1º Ciclo / AEC’s – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Análise e Aprovação; -----

--e) Contrato de Prestação de Serviço para Ensino de Música – Jardins de Infância – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Análise e Aprovação; -----

PRESENCAS

--DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: composta por 20 (vinte) elementos em efetividade de funções sendo: 9 (nove) do PS – Partido Socialista; 6 (seis) da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV; 5 (cinco) do PPD/PSD – CDS-PP – Coligação Mais e Melhor. Verificou-se as ausências e respetivas substituições de Ana Cristina Costa por António Luís Cardador, CDU, de António José Tomaz Moreira por Ana Filipa Neves Mendes, PS. -----

--DA CÂMARA MUNICIPAL: composta por cinco elementos, sendo: 2 (dois) do PS –

Partido Socialista, 2 (dois) da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV e 1 (um) do PPD/PSD-CDS-PP – Coligação Mais e Melhor, tendo faltado a Senhora Vereadora Aurelina Maria Garrido Conde Andrade Rufino, Coligação Mais e Melhor. --

CORRESPONDÊNCIA

--Presentes os pedidos de justificação e de substituição dos eleitos Ana Costa, CDU e de António José Tomaz Moreira, PS substituídos respetivamente por António Luís Farinha Cardador, CDU e Ana Filipa Neves Mendes, PS, -----

SUPORTE DIGITAL

--Uma vez que há suporte digital apenas se fará referência às intervenções realizadas durante a presente Sessão da Assembleia Municipal. -----

ATAS

--O Senhor Presidente da Mesa informou não estarem ainda executadas as duas atas anteriores devido a problemas de saúde de um familiar da funcionária do Gabinete da Assembleia Municipal contudo, se nada em contrário, serão apresentadas na sessão de setembro. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal inquiriu o Plenário sobre possíveis intervenções, ocorrendo: -----

-- Joel Marques, da bancada do PS, apresentou o seguinte documento: (ficheiro 409) ----

“VOTO DE PESAR

--A Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal apresenta com profunda tristeza um Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE, JOAQUIM CANDIDO LEITE MOREIRA. -----



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 30.06.2014)

- Foi um lutador exemplar na sua vida pessoal e familiar, no exercício das suas funções como Autarca de Freguesia, no confronto político nacional e partidário, na sua afirmação como dirigente da ANAFRE, responsabilidade que exercia há mais de vinte anos, com especial relevo no desempenho do cargo de Presidente do Conselho Diretivo, para o qual foi eleito no último Congresso.*
- A "doença prolongada" que o acometeu, sugou-lhe a vida no curto espaço de um ano. -----*
- Enfrentou-a com uma força admirável e contra ela lutou com invulgar coragem. ---*
- Mas não pode vencê-la. -----*
- Porque as pessoas só morrem quando nos esquecemos delas, desejamos perpetuar a sua memória, mostrando-lhe enaltecimento público e reconhecida gratidão pela forma como ao longo da sua vida defendeu o Poder Local. -----*
- Em conformidade, a Assembleia Municipal da Chamusca, reunida em sessão ordinária, delibera: -----*
- Expressar o seu vivo pesar pelo falecimento de JOAQUIM CÂNDIDO LEITE MOREIRA e que dele seja dado conhecimento à ANAFRE, à Junta de Freguesia de Padronelo e ao Município de Amarante; -----*
- Os eleitos do Partido Socialista" (ficheiro 409) -----*
- Nada advindo foi o documento supramencionado votado e Aprovado por unanimidade de presenças. -----*
- Passou José Braz, da bancada da CDU, a expor a moção que se transcreve: -----*

MOÇÃO

-----"Pela manutenção das valências nas Instituições Hospitalares e nos-----

-----*serviços das unidades locais de saúde da região*-----

----- *(Portaria n 82/2014)* -----

--A Portaria número 82/2014 de 10 de abril define a categoria dos diferentes hospitais e centros hospitalares e a respetiva composição de valências na oferta dos cuidados de saúde hospitalar. -----

--Define critérios de base populacional e assenta na complementaridade de redes hospitalares que se encontram a grandes distâncias das populações do interior. -----

--Esta portaria classifica os centros hospitalares, os hospitais distritais e as unidades locais de saúde em vários grupos com diferentes valências hospitalares: -----

--Grupo I - Abrange uma área de influência direta entre 75000 e os 500 000 habitantes; Os hospitais do grupo I passam a ter as seguintes valências: medicina interna, neurologia, pediatria, psiquiatria, cirurgia geral e ginecologia e perdem as valências que passam a pertencer ao grupo II. -----

--Grupo II - Sem área de influência direta, fica com as valências do grupo I e integra as valências de oftalmologia, otorrinolaringologia, urologia, pneumologia, cardiologia, dermatologia, radioterapia, reumatologia, infeciologia entre outras... -----

--O grupo III - Inclui todas as valências. -----

--A portaria classifica o Centro Hospitalar do Médio Tejo, o Hospital Distrital de Santarém, o Centro Hospitalar de Leiria/Pombal, o Centro Hospitalar do Oeste e o da Cova da Beira, como pertencentes ao grupo I. -----

--Parte das valências hospitalares que existem actualmente no Centro Hospitalar do Médio Tejo e no Hospital Distrital de Santarém, tais como as maternidades, passam para as instituições hospitalares do grupo II. As mais próximas situam-se em Almada,



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
(S: 30.06.2014)

Évora, Lisboa e Coimbra, ou para instituições hospitalares privadas, beneficiando o grande capital em detrimento do Serviço Nacional de Saúde. -----

--A reclassificação destas instituições hospitalares (centros hospitalares, hospitais distritais e as unidades locais de saúde) põe em causa a saúde pública e encerra mais uma vez serviços fundamentais para as populações do interior, já muito afetadas com o fecho das extensões de saúde e com a falta de médicos de família no nosso concelho e nas restantes localidades do país. Empurrando ainda vários profissionais de saúde para o desemprego. -----

--Esta situação criada pela Portaria 82/2014 é muito grave e constitui mais um atentado aos direitos à saúde e à assistência médica de qualidade, e uma ameaça ao Serviço Nacional de Saúde, consagrado na Constituição da República. -----

--Está prevista a implementação desta Portaria até 31 de dezembro de 2015. As populações e as autarquias locais terão de fazer tudo o que for possível para a revogação deste diploma. -----

--Assim, a Assembleia Municipal de Chamusca, em sessão do dia 30 de Junho de 2014, considerando a defesa intransigente do direito à saúde das populações, delibera:

--Estar contra os objetivos da Portaria n.º82/2014 que classifica as Instituições Hospitalares e que implica a transferência de valências hospitalares fundamentais para as populações, obrigando os utentes a deslocar-se por vezes centenas de quilómetros e pondo em risco a própria vida dos utentes. -----

--Propor a revogação imediata da portaria 82/2014.-----

--Enviar esta moção às entidades responsáveis pelos serviços de saúde locais, regionais e centrais, e à comunicação social regional.-----

-- Os eleitos da CDU" (ficheiro 409) -----

--Não havendo pedidos de intervenção a Moção foi votada e Aprovada, por unanimidade de presenças. -----

--Continuando as intervenções Vânia Jacinto, da Bancada do PS, apresentou a seguinte Moção: (ficheiro 409) -----

-----MOÇÃO-----

-----"ENCERRAMENTO DE ESCOLAS NO CONCELHO DA CHAMUSCA -----

--O Partido Socialista congratula-se pela atitude, coerência e responsabilidade, com que os vários eleitos de diferentes forças políticas, nos vários órgãos autárquicos, se envolveram na tentativa de evitar o encerramento de qualquer estabelecimento escolar no concelho. -----

--No entanto, o Ministério da Educação, de uma forma clara de autoritarismo, informou inicialmente do encerramento de 3 escolas, passando na parte final a decidir o encerramento de apenas 2, minimização esta que se deve a um forte envolvimento de autarcas, pais e encarregados de educação e dirigentes do AVEJICC. -----

--Lamentamos ainda a forma como foi noticiado o referido encerramento, já que consideramos lamentável que saibamos primeiro através da comunicação social e das redes sociais e só depois tenha existido uma informação oficial. -----

--Referimos ainda que este encerramento conduzirá, obrigatoriamente, a uma reformulação a nível da rede de transportes, assim como a nível do serviço de refeições, o que poderá acarretar o aumento de custos inerentes. -----

--Recordemos que é intenção do governo que esta reorganização da rede escolar deverá conduzir a que os alunos usufruam de melhores condições de aprendizagem, de



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 30.06.2014)

sucesso educativo e de vivência escolar em estabelecimentos que deverão ter, obrigatoriamente, melhores condições que aqueles que vão encerrar. -----

-- Tendo em conta que o ministério assumiu uma decisão, praticamente, unilateral, também seria importante, que o governo prevê-se a celebração de acordos com o Município de forma a colmatar as previsíveis despesas que advirão desta reorganização. -----

--Mais uma vez lamentamos que o diálogo mantido com o Ministério nunca tivesse como base os desejos e anseios das populações envolvidas, mas apenas uma decisão unilateral e que os meios de informação e comunicação, da decisão final do ministério não sejam minimamente respeitadores para com os autarcas deste concelho. -----

--Considerando que: -----

--1. O grande objectivo da reorganização da rede escolar está centrado no combate ao abandono e insucesso escolares. -----

--2. Para o efeito, sempre se entendeu, ainda durante os governos do PS, que era necessário garantir a escola a tempo inteiro e um nível de ensino por cada sala de aula.

--3. Para o efeito, avançou-se com a elaboração das cartas educativas, enquanto instrumento de planeamento municipal relativamente às políticas públicas de educação. -----

--4. O modelo de centros escolares adequava-se bem ao objectivo de substituir as velhas escolas centenárias já incapazes de corresponder às novas exigências sociais e escolares. Possibilitavam o serviço de refeições escolares, o acesso a boas condições para a prática desportiva e acesso aos equipamentos de expressões, como por exemplo a educação musical e o teatro. Além disso, possibilitam o acesso às bibliotecas

escolares. E mais importante: a cada sala de aula, correspondia apenas um nível de ensino. -----

--Como é do nosso conhecimento, grande parte das antigas escolas funcionavam apenas durante uma parte do dia e em cada sala de aula funcionavam vários níveis de ensino. Tínhamos, portanto, escolas a funcionar a tempo inteiro e com um único nível de ensino por sala (centros mais densamente povoados) e uma grande maioria a funcionar a meio tempo e com vários níveis por sala, em regra nos territórios de menor densidade populacional. Muitas dessas crianças, por muito inteligentes que fossem, apenas dispunham de um quarto e/ou um quinto do horário de aprendizagem. Um crime social. -----

--5. As cartas educativas deveriam partir das dinâmicas sócio-demográficas e de objectivos bem precisos em termos de metas de acesso e sucesso educativo. Deveriam ser debatidas e aprovadas pelos conselhos municipais de educação e pelos órgãos autárquicos, Câmara e Assembleia Municipal, depois de ouvidas as assembleias e juntas de freguesia. -----

--6. Ao fim de cinco anos, as cartas educativas devem ser objecto de reavaliação. -----

--7. Devemos, pois, ser favoráveis ao reordenamento da rede educativa. Todavia, exigir: que os novos centros escolares garantam um tempo de transporte que não sacrifique as crianças a horários incompatíveis com as suas idades, garantir que a rede de transporte seja segura, digna e confortável, e aceitar o encerramento depois de criadas as condições de acolhimento que correspondam aos objectivos das cartas educativas. -----

8. Combater o aumento do número de alunos por sala, medida deste governo que



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 70.06.2014)

provoca um recuo nas conquistas já realizadas pelo Partido Socialista, nomeadamente na garantia de termos um único nível de ensino por cada sala de aula. -----

--9. Garantimos que, a população reconhece hoje as vantagens dos centros escolares e, simultaneamente, passamos da cauda do País em termos de insucesso e de abandono para as metas que o País tem para 2015. Mas, naturalmente, ao governo deve ser exigido diálogo e cooperação com os municípios e, em última instância, estes devem avaliar os termos em que se deve avançar com o reordenamento. -----

--A Assembleia Municipal reunida a 30 de junho de 2014 delibera: -----

-- Exigir que esta medida seja repensada por se tratar de uma medida contrária aos direitos da criança no que respeita ao seu afastamento da comunidade em que se insere e do convívio familiar; -----

*-- Remeter a presente moção aos órgãos de soberania: Presidente da República
Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação. ----*

--A Bancada do Partido Socialista -----

--30 Junho 2014” (ficheiros 409 e 410) -----

--A moção foi colocada à votação e Aprovada por unanimidade de presenças. -----

--Passada a palavra à bancada da Coligação Mais e Melhor – PSD/CDS, João Santos questionou sobre o ponto de situação da Comissão de Acompanhamento do Eco Parque do Relvão, quais as diligências tomadas para a efetivação da mesma, os prazos que estão a ser definidos, a cronologia e quais os objetivos. Considera que o funcionamento dessa comissão “já ontem era tarde” e adiá-lo constitui uma falha inaceitável para com os compromissos assumidos. (ficheiro 410) -----

-Concedida a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ser a colocação

em funcionamento da Comissão Acompanhamento do Eco Parque um dos grandes objetivos do Executivo, contudo não foi determinado um ponto zero do Eco Parque do Relvão pelo que considera não fazer sentido começar uma comissão de acompanhamento enquanto não existirem dados concretos de análise respeitante aos parâmetros de avaliação ambiental do próprio Eco Parque. De momento apenas se está a fazer a monitorização das linhas de água e a ser elaborado, pelo Gabinete de Ambiente, um relatório de estudo das análises efetuadas. Diz de facto existir a situação do Eco Parque fisicamente, contudo há mais uma série de questões a avaliar, nomeadamente a passagem de veículos pesados que transportam os resíduos e a monitorização das linhas e trajectos de transporte dos mais diversos tipo de resíduos, também a nível ambiental há que fazer o estudo da qualidade do ar, muito embora já existam alguns indicadores da qualidade do ar no perímetro do Eco Parque. Pensa que até ao final do verão se consiga reunir a informação necessária para fazer a primeira reunião da dita comissão. Considera importantíssimo haver pessoas, na comissão, com conhecimentos técnicos que possam avaliar concretamente quais os riscos ou quais as mais valias das questões inerentes ao parque ambiental. (ficheiro 410) -----

--Pela bancada do PS, o eleito Joel Marques, apresentou a seguinte Moção: -----

-----MOÇÃO-----

-----Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde-----

--Com a publicação da portaria n.º 82/2014 de 10 de abril, será implementada uma nova rede hospitalar que estabelece os critérios que categorizam as unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde. -----

--Esta portaria divide as quarenta e oito unidades hospitalares do Serviço Nacional de



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 30.06.2014)

Saúde em quatro grupos, baseando-se numa base meramente populacional. -----

--Esta era uma medida já esperada, pois estava previsto no memorando da troika que o sector da saúde teria de baixar a despesa de modo sustentável. -----

--Analisando o documento a bancada do Partido Socialista afirma que a portaria 82/2014 não promove a reforma orgânica do SNS, que obrigatoriamente terá de ter em conta: -----

--a) - a articulação dos cuidados hospitalares, cuidados continuados e cuidados primários, pois o Serviço Nacional de Saúde deve ser encarado como um todo, como uma verdadeira rede de cuidados, -----

--b) - a auscultação e a consulta do poder local na elaboração desta reforma, -----

--c) - a qualidade e diferenciação da prestação de cuidados de saúde, função primordial do estado. -----

--Considerando o atrás exposto a Assembleia Municipal da Chamusca, reunida em sessão ordinária a 30 de Junho de 2014 delibera: -----

--1- Reforçar a necessidade de uma verdadeira reforma hospitalar de modo racional, participada e transparente, sobretudo, no que diz respeito à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo o princípio de cobertura em redes de referência e não apenas o encerramento de camas e serviços. -----

--2 - Exigir a revogação da Portaria n.º82/2014, de 10 de Abril. -----

--3 - Exigir que o Serviço Nacional de Saúde se mantenha para todos os cidadãos, melhorando a acessibilidade aos cuidados de saúde. -----

--4 - Exigir que na reforma hospitalar as Autarquias sejam ouvidas. -----

--A Assembleia Municipal decide enviar esta moção: -----

--Sua Excelência o Presidente da República -----

--Sua Excelência o Primeiro Ministro -----

--Sua Excelência o Ministro da Saúde -----

--A Bancada do Partido Socialista” (ficheiro 410) -----

--Nada ocorrendo foi a mencionada moção votada e Aprovada por unanimidade de presenças. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

-----DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO-----

--1. Relatórios de Atividades do Executivo Municipal Relativos aos Meses de Maio e Junho – Apreciação. -----

--O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez a apresentação pormenorizada dos documentos, realçando alguns aspetos mais relevantes: - Ordenamento do Território por imposição da revisão de PDM, pedido de alteração dos artigos 20º, 21º e 22º do Regulamento de PDM e pedido de suspensão de PDM para a zona do Ecocentro da Chamusca, colocou-se, assim como ao restante executivo, à disposição para eventuais questões. (ficheiro 411) -----

--Usando da palavra a Senhora Vice-presidente focou, também, alguns aspetos, nomeadamente: - Recursos Humanos – as reuniões mensais de serviços permitem uma maior interação entre os mesmos, e levam ao conhecimento dos próprios serviços entre si e das suas competências, notando-se já uma melhoria de participação. Formação – conseguiu-se até agora que os funcionários frequentassem 2016 horas de formação financiada e 50 horas pagas, estas últimas mais específicas e respeitantes à legislação



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 30.06.2014)

recente. Números que ficam aquém do estipulado dado a dificuldade em conseguir formações financiadas, principalmente para os assistentes operacionais. Redução de custos nos Recursos Humanos relacionada com as horas extraordinárias que diminuíram substancialmente. Taxas e Licenças – De momento estão a ser cruzadas as taxas publicadas em Diário da República bem como os fatores de incentivo ou desincentivo com deliberações existentes para verificar as que são antagónicas e efetuar as respetivas retificações em conformidade. As Taxas de Licenciamento Zero estão a aguardar apenas o carregamento na plataforma. A Modernização Administrativa está a ser implementada e os procedimentos do Licenciamento Zero estão a ser aplicados desde maio. Educação / Concelhos Municipais de Educação – Identificada pouca envolvência dos agentes extra agrupamento escolar e extra autarquia, pelo que irá ser delineado um plano de ação para que haja mais envolvimento nos Concelhos Municipais de Educação. Em Setembro será feita a análise da Carta Educativa. Desporto – feitas 21 vistorias específicas em infraestruturas desportivas de utilização pública, apoiadas 20 associações a necessitar de suporte através do regulamento às associações, lecionadas 358 aulas de atividade física e 131 de natação, elaboradas as atividades aquáticas na piscina, desenvolvido o projeto do “Frutinhas”, ministradas 42 aulas nas instalações dos Centros de Dia entre outras atividades. (ficheiro 412) -----

--O Senhor Vereador Francisco Matias considerando que a informação enviada está muito completa não entrou em pormenores, focou apenas e em termos de calendário a questão do Diagnóstico Social que se encontra em fase de pré diagnóstico participado, têm vindo a ser feitas reuniões nas freguesias e está prevista para setembro uma com os Senhores Deputados da Assembleia Municipal. (ficheiro 412) -----

--O Eleito José Brás agradeceu os esclarecimentos prestados. Dado o verão e as alterações climáticas, pergunta, uma vez que é habitual os executivos fazerem algumas intervenções relativamente à prevenção dos fogos florestais nos limites urbanos das diferentes localidades, qual o ponto de situação no nosso Concelho. Quanto à recolha de resíduos urbanos, já referida na Sessão anterior, interroga se os problemas a equacionar e solucionar a nível do pessoal estão resolvidos e quais são os horários praticados. Tendo ouvido hoje na comunicação social através de dados recentes que muitas famílias estão a ficar sem subsídio de desemprego e sem SRI, pede que o Senhor Vereador da área social faça um breve apontamento da situação das dificuldades das famílias do nosso concelho e se já há algumas sem apoios do RSI e subsídio de desemprego. (ficheiro 412) -----

--O Senhor Presidente da Câmara respondeu que os trabalhos de limpeza das bermas será efetuado por uma empresa à qual foram adjudicados, após concurso, terão sido iniciados hoje ou serão amanhã. Quanto aos terrenos municipais o Município está numa fase de aquisição de maquinaria para o executar, dado os custos bastante elevados que as empresas apresentaram para a limpeza dos terrenos. Pelo que é só chegar o material para que os trabalhos se iniciem. De momento estão a atuar com base em denúncias de vizinhos e a enviar cartas aos proprietários para que façam a limpeza dos seus terrenos no prazo de quinze dias, caso contrário a GNR atuará, será feita a contra ordenação e a aplicação da coima. (ficheiro 412) -----

--Indo ao encontro da questão do Deputado a Senhora Vice Presidente disse que na recolha dos resíduos sólidos urbanos foi necessário recrutar alguns parceiros, assim comunicaram as rotas de recolha a todos os Presidentes de Juntas de Freguesia pedido



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alves
(S: 30.06.2014)

que sinalizassem as situações anómalas. Pensa que os problemas estão, senão totalmente, quase sanados, uma vez que nem têm havido reportes da parte dos Presidentes de Junta. -----

--Respondendo à questão, do Senhor Deputado, o Senhor Vereador Francisco Matias falou que de momento não há problemas que não tenham encaminhamento, ou que não tenham resposta. De momento está relativamente estável o número de pessoas que não tem nem subsídio de desemprego nem RSI, a maior dificuldade dos serviços é encontrar soluções para a inserção destes casos, sendo que se entrará num novo ciclo do quadro comunitário, onde esta será uma das maiores preocupações, pelo irão decorrer ações de formação quanto à tese de inserção e haverão outras medidas a aproveitar. Quanto ao problema das pessoas que não têm qualquer rendimento existe um grupo de trabalho de inserção social integrada que trata esses casos, há de facto é dificuldade em algumas pessoas acederem a ele, não por desinteresse mas porque pessoalmente não se querem expor, sublinha que o sistema está organizado deve apenas progredir e tornar-se mais efetivo a nível de inserção. (ficheiros 412 e 413) -----

--Nada ocorrendo passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. ----

--2. Ponto de Situação Financeira da Câmara Municipal – Apreciação. -----

--O Senhor Presidente da Câmara começou por pedir desculpa por o relatório financeiro do segundo trimestre não ser apresentado uma vez que tendo em conta a data não se encontra integralmente encerrado, mas será remetido logo que disponível se assim concordarem. Acrescentou que os pagamentos aos fornecedores estão a ser feitos à data de vencimento das faturas. (ficheiros 413) -----

-----DOCUMENTOS / CONHECIMENTO-----

--3. Auditoria ao Município de Chamusca – Relatório da Inspeção Geral de Finanças –

--Usando da palavra o Sr. Presidente da Câmara referiu ser este o relatório, da Inspeção Geral de Finanças, da inspeção realizada no final de 2013. Fez um resumo do mesmo referindo, que detetados os problemas existentes, as principais recomendações visam: -Fiabilidade da informação contabilística; Elaboração de orçamentos rigorosos especialmente a nível da receita prevista; Restabelecimento e reequilíbrio financeiro da autarquia; Análise rigorosa, detalhada e ponderada da assunção de compromissos com repercussões em exercícios futuros (empréstimos de médio e longo prazo); Cumprimento dos objetivos – âmbito geral e específico, previstos no PRED; Adequado reporte da informação financeira à DGAL; Superação da inexistência de um plano de gestão de riscos de correções e infrações conexas e das fragilidades existentes ao nível dos procedimentos de descontrolo interno e contabilístico. Sendo que de momento a Autarquia já tomou e está a desenvolver as medidas corretivas. (ficheiro 413) -----

--Fernando Garrido, Coligação Mais e Melhor, começou por agradecer a forma clara como o assunto foi abordado indo ao encontro de algumas das dúvidas que tinha para apresentar, reconhece ao Executivo a frontalidade, a vontade e o esforço que tem feito para controlar este défice e agradece em nome das pessoas que nos colocaram nesta situação. Deplora o aumento de juros que a gestão de 2009 a 2012 fez ao empolar toda esta situação, a não existência de dinheiro leva-nos a uma situação complicada, porque isto foi um empolar por empolar para justificar despesas situação que lastima. (ficheiro 413) -----

--José Braz, CDU, agradeceu também a exposição e esclarecimentos do Senhor



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
Adic

(S: 30.06.2014)

Presidente, contudo gostaria de ter ouvido da parte do mesmo algumas considerações atendendo ao período de grave crise económica em que o país entrou em recessão, os problemas que as autarquias locais sofreram, de um modo geral, com graves dificuldades económicas, com redução de verbas da transferência do orçamento geral do estado, sabendo que estamos sentido isso agora e que os concelhos do interior são extremamente afetados porque vivem essencialmente das verbas do orçamento geral do estado, tem havido uma redução cada vez maior dessas transferências, destacou, ainda, a construção de equipamentos fundamentais de momento à disposição e prestando um excelente serviço à população que se não tivessem sido feitos na altura agora já não eram. Reconhece que não é em seis meses que se fazem milagres, se resolvem e reequacionão as contas públicas sendo que as “nossas não estão assim tão más”, nos últimos anos tem sido feito um esforço de redução e de contenção orçamental, o que explica que de momento já haja alguma capacidade de endividamento e a possibilidade de fazer uma gestão rigorosa, equilibrada como já se previa e como fizemos nos últimos anos. Deve haver consciência de que é uma situação conjuntural que ainda estamos a atravessar de graves dificuldade económicas. (ficheiros 413 e 414) -----

--Fernando Pratas, Independente, diz-se congratulado com a atitude tomada de efetivamente se controlar as contas públicas assumindo isso com uma responsabilidade coletiva, porque naturalmente não é possível fazer contenção orçamental e o necessário e obrigatório sem que haja entendimento. Sendo evidente que se chegou a esta situação de endividamento porque se quis fazer muito, pois isso norteia e norteou todos os autarcas de norte a sul do país. Foi feito o que não se podia e hoje temos que ser responsáveis, atualmente não se pode branquear o que foi realizado sobretudo, e em

todo o lado, por motivos eleitoralistas. A ânsia de ir ao encontro dos outros criou esta situação, assim deve-se assumir e clarificar tudo para continuar a fazer o caminho em conjunto sem desvios enquanto as contas públicas não estiverem sólidas, “ou seja viver com aquilo que nos é atribuído, com aquilo que temos”. (ficheiro 414) -----

--Francisco Velez, PS, relativamente a este ponto tem a sensação que ninguém está a decidir o que aconteceu no passado, acontece no presente e muito menos a decidir o que acontece no futuro, mas sim tão somente a tomar conhecimento de um relatório da Inspeção Geral de Finanças. Um relatório que não tem qualquer intervenção da Autarquia, de nenhum partido, nem de nenhum eleito, trata-se apenas de um relatório da Inspeção Geral de Finanças que menciona, visivelmente, que antes houve empolamento dos orçamentos, que foi criada receita onde ela não existia, criada despesa provavelmente onde ela existia muitas vezes colmatada com empréstimos bancários e a única coisa que este relatório sugere é que se faça rigorosamente aquilo que está a ser feito, “porque fique bem claro a culpa também não morre solteira e eu lembro-me, por exemplo, que em 2012/2013, eu e outros que aqui estão aprovamos por unanimidade o orçamento da Câmara Municipal portanto ninguém está aqui também inocente no assunto a não ser os que entraram já neste mandato mas os partidos que representam também tiveram envolvidos, pelo que não podemos branquear ou dizer que não fizemos asneiras no passado, fizemos e se calhar estamos a fazê-las no presente”. Salaria que o que está em causa é o tomar conhecimento de um relatório da IGF que pronuncia as asneiras do passado. (ficheiro 414) -----

-- Mencionando ter conhecimento de relatórios de outros municípios, José Brás, CDU, focaliza que em todos os sítios, em todos os locais, em todas as autarquias existem



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
Deci
(S: 30.06.2014)

irregularidades, pois só não comete irregularidades quem nada faz, quem não decide e quem não está à frente destas situações, que são relatórios feitos regularmente por técnicos especializados que só visam isso, são normais à apenas que compreender e diligenciar a correção das situações sinalizadas. (ficheiro 414) -----

--Francisco Velez, PS, referiu muito claramente não ter lido, nem ter que ler relatórios dos outros municípios, só o do município da Chamusca que é aquele que defende e representa, há uma coisa que não concorda nem nunca concordou "para cometer irregularidades não façam conta com ele." (ficheiro 414) -----

--Nada mais surgindo deu-se continuidade aos trabalhos: -----

DOCUMENTOS / RATIFICAÇÃO -----

--Sugeri o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que à semelhança de anteriores situações o Senhor Presidente da Câmara comentasse os protocolos abaixo citados e que fossem votados continuamente, interrompendo-se apenas se suscitarem dúvidas. (ficheiro 414) -----

--Assim o Senhor Presidente da Câmara explicou serem protocolos feitos com as associações que participaram na Semana da Ascensão. (ficheiro 414) -----

--4. Protocolos de Colaboração na Semana da Ascensão: -----

--a – Celebrado entre o Município de Chamusca e o Grupo de Danças e Cantares da Chamusca e Ribatejo – Ratificado por unanimidade; -----

--b – Celebrado entre o Município de Chamusca e o Rancho Folclórico Etnográfico e Infantil da Carregueira – Ratificado por unanimidade; -----

--c – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação de Danças e Cantares "Os Camponeses" da Carregueira (ADECCC) – Ratificado por unanimidade; -----

--d – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação do Rancho Folclórico da Parreira – Ratificado por unanimidade; -----

--e – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação do Rancho Folclórico Etnográfico do Pinheiro Grande – Ratificado por unanimidade; -----

--f – Celebrado entre o Município de Chamusca e a ADEPEC – Ratificado por unanimidade; -----

--g – Celebrado entre o Município de Chamusca e o Grupo de Danças e Cantares da Sociedade Recreativa Valcavalense – Ratificado por unanimidade; -----

--h – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Chamusca – Ratificado por unanimidade; -----

--i – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Sociedade Filarmónica de Instrução e Recreio Carregueirense Victória – Ratificado por unanimidade; -----

--j – Celebrado entre o Município de Chamusca e o Centro Cultural de Ulme – Ratificado por unanimidade; -----

--k – Celebrado entre o Município de Chamusca e a Santa Casa da Misericórdia da Chamusca – Ratificado por unanimidade; -----

5. Protocolo de Colaboração Administrativa – Município de Chamusca e Junta de Freguesia de Carregueira – Cemitério Carregueira. -----

--Explicou o Senhor Presidente da Câmara tratar-se de um protocolo de colaboração e apoio financeiro relacionado com a aquisição de um terreno contíguo, ao atual cemitério da Carregueira, que ficará pertença da Junta de Freguesia dado ser esta que cuida do mesmo. (ficheiro 414) -----

--Nada surgindo foi o protocolo votado e Ratificado, por unanimidade. -----



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
DECIS

(S: 30.06.2014)

--6. Adenda – Protocolo Colaboração Administrativa e Financeira – Município de Chamusca e União de Freguesias de Parreira e Chouto – Extensão de Saúde Freguesia do Chouto. -----

--Referiu o Senhor Presidente da Câmara ser apenas a retificação de alguns valores. ----

--Também, sem ocorrências, foi este ponto votado e **Ratificado**, por unanimidade de presenças. (ficheiro 414) -----

--7. Contrato de Comodato entre Município de Chamusca e Freguesia de Ulme – Imóvel onde se encontrava instalada a extensão de saúde no Bairro D. Maria Vaz Monteiro no lugar do Semideiro. -----

--O Senhor Presidente da Câmara disse tratar-se do imóvel da antiga extensão de saúde, que infelizmente por via da situação precária dos serviços de saúde fechou, assim e demonstrado o interesse da Junta de Freguesia em ocupá-lo, para atividades desenvolvidas pela mesma, acordou-se este contrato de comodato pelo prazo de quatro anos. -----

--Não havendo intervenções o ponto foi colocado à votação e **Ratificado**, por unanimidade. (ficheiro 414) -----

DOCUMENTOS / APROVAÇÃO -----

--8. Contrato Interadministrativo entre Município de Chamusca e Freguesia de Ulme. -

--O Senhor Presidente da Câmara explicou que os contratos interadministrativos a desenvolver com as várias freguesias visam a concretização da delegação de competências e devem ocorrer em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e nas atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. Assim e de acordo com minuta do contrato

apresentado para a Freguesia de Ulme o Município transferirá anualmente a importância de 10.171,32€ (dez mil cento e setenta e um euros e trinta e dois cêntimos) para desenvolvimentos desses serviços. -----

*--Nada surgindo o ponto foi votado e **Aprovado** por unanimidade. (ficheiros 414 e 415) -*

*--9. **Contrato Interadministrativo entre Município de Chamusca e União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande – Análise e Aprovação;** -----*

--Com o intento do anterior também este protocolo foi comentado pelo Senhor Presidente da Câmara que referiu ser a transferência anual para esta União de Freguesias de 47.855,31€ (quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e um cêntimos). As verbas diferem de acordo as competências de cada freguesia. (ficheiro 415) -----

*--Sem ocorrências foi o ponto colocado à votação e **Aprovado** por unanimidade. -----*

*--10. **Designação do Fiscal Único da AR – Águas do Ribatejo, EM, SA – Análise e Aprovação;** -----*

--Referindo que este assunto já deveria ter sido presente à Assembleia Municipal, mas por lapso não chegou atempadamente, e trata-se apenas da designação do fiscal único ou seja o ROC – Revisor Oficial de Contas para a empresa Águas do Ribatejo. (ficheiro 415) -----

--Intervindo o Eleito Fernando Pratas perguntou qual foi o método de seleção e se o ROC é oriundo de um algum gabinete ligado aos municípios que integram a empresa, respondendo o Senhor Presidente do Executivo que, relativamente ao método, foi apresentada proposta em Assembleia Geral das Águas do Ribatejo e deliberado por unanimidade a designação deste gabinete, sendo de facto ROC de vários Municípios que



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
ADIC

(S: 30.06.2014)

constituem a empresa, inclusive do Município da Chamusca. (ficheiro 415) -----

--O mesmo Eleito perguntou, ainda, se o gabinete é sediado nalgum desses municípios ao que o Senhor Presidente disse não fazer ideia. -----

*--Assim e nada mais surgindo foi o ponto votado e **Aprovado**, por maioria de presenças, com 1 (uma) abstenção do Eleito Tiago Prestes da Coligação Mais e Melhor, 1 (um) voto contra de Fernando Pratas, Independente, e 18 (dezoito) votos a favor dos restantes elementos. (ficheiro 415) -----*

--11. Serviço de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: -----

--a) Prestação de Serviço de Locação Financeira para Varredoura / Aspiradoura Municipal "Karcher MC 50 Classic" ou Equivalente – Correção de Valor – Análise e Aprovação; -----

--Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara que os valores referidos em anterior informação tinham como base proposta informal da empresa detentora da máquina, objeto de concurso, motivo pelo qual os valores nela referidos não contemplavam todos os custos associados a uma operação de Leasing. Assim é presente a esta Assembleia Adenda, com os valores devidamente retificados que implicam um aumento da repartição dos encargos orçamentais em três anos económicos (ano 2013, 2014 e 2015) num valor total de 55.500,00€ acrescidos de IVA à taxa legal. (ficheiro 415) -----

*--Nada sobrevivendo o ponto foi votado e **Aprovado** por unanimidade. -----*

--b) Contrato de Prestação de Serviço, por Avença, de um Arquiteto para Colaborar no Âmbito da SRU – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Análise e Aprovação; -----

--Este contrato de prestação de serviços com um arquiteto, por avença, tem a ver com o processo de Reabilitação Urbana a decorrer na Vila da Chamusca, esclareceu o Senhor

Presidente da Câmara, salientando a necessidade destes serviços até conclusão do processo. (ficheiro 415) -----

--Miguel Gil, CDU, informou o Senhor Presidente da Assembleia, dado este ponto envolver a sua atividade profissional que se ausentará da sala a quando da sua votação.

--Fernando Pratas, Independente, considera que a Sociedade de Reabilitação Urbana não terá futuro e pensa ser questionável o modelo utilizado. Parece-lhe uma repetição de um processo anterior, com outra designação, mas igual, pensando, a seu ver, que também este sofre dos mesmos problemas. Sublinha a inventariação de uma despesa que terá que interessar, sabendo que o projeto "não tem pernas para andar" pergunta se mesmo assim é importante e necessário a participação de mais um técnico em algo que não trará saída para o problema de reabilitação urbana. -----

--Respondendo o Senhor Presidente da Câmara que este não é um trabalho para deitar fora, quanto ao "não ter pernas para andar" aplica-se à Sociedade de Reabilitação Urbana, de facto o seu modelo é que não é viável, já o trabalho a ser desenvolvido é exequível para os vários município e já existem resultados nalgumas áreas de reabilitação urbana em que o diagnóstico foi feito. As propostas de melhoria foram executadas pelo que já começaram a implementação de melhorias no próprio território e também no que respeita, não só ao reordenamento territorial, mas também à melhoria das condições do espaço público e privado. Trata-se de um trabalho de diagnóstico muito importante que permite o tratamento de dados e permite detetar algumas capacidades de intervenção tanto em espaço público como no privado dentro do próximo quadro comunitário, sobretudo relacionadas com a eficiência energética de possível aplicação nas piscinas municipais e praça de toiros. Se este trabalho não for efetuado



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
A21.5
(S: 30.06.2014)

não se consegue apurar o que existe e o que é necessário, porém apenas com os técnicos do município não se consegue fazer este levantamento pelo tempo que se despende todas as semanas ao ter que andar na rua, fazer levantamentos, entrevistar moradores, daí a fundamentação para esta contratação de trabalho não a tempo inteiro mas sim à tarefa e com objetivos específicos a cumprir. (ficheiros 415 e 416) -----

*--Não existindo mais ocorrências o ponto foi votado e **Aprovado**, por maioria de presenças, com um voto contra do Eleito Fernando Pratas, Independente e dezoito a favor dos restantes elementos. (ficheiro 416) -----*

--Passou de imediato o Senhor Presidente da Câmara a comentar, por sugestão do Senhor Presidente da Assembleia, as alíneas seguintes em conjunto, mencionando tratar-se de repartições de encargos em plurianualidade relacionados com as AEC's para o próximo ano letivo. (ficheiro 416) -----

--Assim e não havendo questões o Senhor Presidente apresentou e colocou à votação as subseqüentes alíneas, ocorrendo: -----

*--c) **Contrato de Prestação de Serviço para Ensino de Inglês – 1º Ciclo / AEC's – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Aprovado, por unanimidade de presenças. -----***

*--d) **Contrato de Prestação de Serviço para Ensino de Música – 1º Ciclo / AEC's – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Aprovado, por unanimidade de presenças. -----***

*--e) **Contrato de Prestação de Serviço para Ensino de Música – Jardins de Infância – Repartição de Encargos 2014 / 2015 – Aprovado, por unanimidade de presenças. -----***

--Não havendo pedidos de intervenção por parte do público o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos. -----

--Os documentos de suporte da presente Sessão bem como os ficheiros áudio, como

usual, ficam arquivados para eventuais consultas no Gabinete da Assembleia Municipal.

(ficheiros 409 a 416) -----

--Nada mais ocorrendo, deu-se por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa passo a assinar. -----

Alexandra Isabel Freitas Dias